

ÍNDICE

LIVRO I INTRODUÇÃO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

I PARTE INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1. O DIREITO DO TRABALHO	19
I. O objecto do Direito do Trabalho	19
1. O trabalho e o Direito: uma breve nota introdutória	19
2. Um Direito de “certo” trabalho	21
3. Trabalho auto e hetero-organizado	23
4. Trabalho subordinado, dependente, por conta alheia...	24
5. A realidade portuguesa	25
6. Direito do Trabalho e autonomia privada individual	28
7. A dimensão colectiva do Direito do Trabalho	30
II. As funções do Direito do Trabalho	31
8. A função compensatória e tutelar	31
9. A função garantística	32
10. A função padronizadora	33
11. A função de ajustamento	33
III. O conteúdo do Direito do Trabalho	35
12. O “tripé” laboral	35
13. O sistema contra-ordenacional	35
14. Os núcleos de regulamentação	37
IV. As fronteiras móveis do Direito do Trabalho	38
15. A tendência expansiva do Direito do Trabalho	38

DIREITO DO TRABALHO

16. O trabalho autónomo economicamente dependente	38
17. As relações individuais de emprego público	40
18. Os direitos colectivos no emprego público	43

CAPÍTULO 2. A FORMAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

DO TRABALHO	45
I. A juridificação das relações de trabalho	45
19. O sentido geral da juridificação	45
20. O protagonismo da lei	46
II. A proto-história: O Código Civil de 1867	48
21. Os tipos contratuais	48
22. A resolução de litígios	49
II. Os primeiros passos. A I República	50
23. Trabalho de mulheres e menores, descanso semanal	50
24. Novas leis avulsas	50
III. O ordenamento laboral corporativo	52
25. Uma abordagem “sistémica”	52
26. A segunda vaga legislativa	53
IV. O Direito do Trabalho na transição e na crise	54
27. Uma transição suave	54
28. A nova política legislativa	54
29. A legislação pós-revolucionária: as décadas de 70 e 80	55
30. A viragem para a flexibilidade	57
V. O Código do Trabalho e a nova legislação de emergência	59
31. A ideia da codificação	59
32. Os códigos de 2003 e 2009	59
33. As reformas laborais de 2011-2014 – e a sequência	60

CAPÍTULO 3. AS FONTES

I. Noções gerais	63
A) As fontes em sentido estrito e em sentido lato	63
1. Fontes e factos reguladores	63
2. O papel da jurisprudência e da doutrina	64
B) As espécies de fontes	66
3. Fontes autónomas e heterónomas	66
4. Fontes internacionais e internas	66
II. A Constituição	67
5. O trabalho na Constituição	67
6. Os direitos fundamentais dos trabalhadores	67
7. Os matizes do quadro constitucional	68

III. As fontes internacionais	70
A) Convenções internacionais gerais	70
a) <i>No quadro da Organização das Nações Unidas</i>	70
8. A Declaração Universal e os Pactos Internacionais	70
b) <i>No quadro do Conselho da Europa</i>	71
9. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem	71
10. A Carta Social Europeia	72
B) As convenções da O.I.T.	74
11. A O.I.T e os seus instrumentos	74
12. A recepção na ordem jurídica interna	75
13. A temática das convenções	76
C) O direito do trabalho europeu	78
14. A ordem jurídica europeia	78
15. Os temas sociais no Tratado de Roma	79
16. O desenvolvimento da dimensão social da construção europeia	80
17. Direito originário e derivado	83
18. Os instrumentos normativos: regulamentos e directivas	83
19. O acervo normativo	85
IV. As fontes internas	91
A) O elenco legal	91
20. Fontes comuns e específicas	91
B) As leis do trabalho	92
a) <i>Da legislação avulsa ao Código do Trabalho</i>	92
21. A noção de “leis do trabalho”	92
22. A legislação avulsa	93
23. A codificação	93
b) <i>A participação na elaboração das leis do trabalho</i>	95
1) <i>O regime de apreciação pública</i>	95
24. O tipo de participação	95
25. O conceito normativo de “legislação do trabalho”	96
26. O sentido da participação	97
27. O mecanismo de participação	98
2) <i>A concertação legislativa</i>	99
28. A concertação social	99
29. A concertação sobre leis do trabalho	99
C) Os “instrumentos de regulamentação colectiva”	101
a) <i>Noções gerais</i>	101
30. O “conjunto” dos instrumentos de regulamentação colectiva	101
31. Os “instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho não negociais	102

DIREITO DO TRABALHO

b) <i>Portarias de extensão</i>	103
32. Noção	103
33. Os requisitos	103
c) <i>Portarias de condições de trabalho</i>	104
34. Noção e requisitos	104
d) <i>As convenções colectivas de trabalho</i>	105
35. Noção	105
36. A convenção colectiva como acordo normativo	105
37. O conteúdo obrigatório das convenções	107
38. A interpretação das convenções	107
39. Publicação e entrada em vigor	110
D) Os usos laborais	111
40. Noções gerais	111
41. Os usos na lei antiga	111
42. Os usos no Código Civil	112
43. Os usos no Código do Trabalho	112
44. O uso vinculante	113
45. A polivalência dos usos	115
V. A hierarquia das fontes	117
A) A relação entre as fontes internacionais e as fontes internas	117
46. A supremacia das fontes internacionais	117
B) A hierarquia das fontes internas	118
47. A questão da hierarquia	118
48. A hierarquia das fontes na lei antiga	118
49. Os tipos de normas	119
50. O critério do “tratamento mais favorável”	120
51. A relação entre as fontes no Código do Trabalho	120

II PARTE

O CONTRATO DE TRABALHO

CAPÍTULO 4. O CONTRATO DE TRABALHO	127
I. A noção legal	127
A) Duas definições para uma realidade	127
1. O art. 11º CT e o art. 1154º CCiv.	127
B) Objecto do contrato: a actividade do trabalhador	128
2. Actividade e disponibilidade	128
3. Actividade <i>versus</i> resultado	131
4. Uma diferenciação ultrapassada	132

5. A prática de actos jurídicos	132
6. A relevância da finalidade	132
7. A diligência devida	133
C) Sujeitos: o trabalhador e a entidade empregadora	135
8. As designações do prestador de trabalho	135
9. Os rótulos do beneficiário do trabalho	135
D) Retribuição	136
10. As designações da contrapartida económica do trabalho	136
E) Subordinação jurídica	137
11. Noção	137
12. Um estado potencial	137
13. Subordinação jurídica e dependência técnica	138
14. Subordinação jurídica e dependência económica	139
15. O elemento organizatório da subordinação	139
II. A diferenciação do contrato de trabalho	141
A) Importância da distinção e dificuldades operatórias	141
16. A necessidade da qualificação	141
17. As dificuldades da qualificação	142
B) Os tipos contratuais: contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço	143
18. O binómio no Código Civil	143
19. As modalidades da prestação de serviço	145
C) A determinação da subordinação	147
20. A subsunção	147
21. O método tipológico	148
22. Os indícios de subordinação	150
D) As presunções de existência de um contrato de trabalho	153
23. A utilidade das presunções	153
24. A presunção legal	155
25. A aplicação da presunção no tempo	157
E) O combate à simulação	158
26. Os procedimentos de combate à simulação do trabalho autónomo	158
27. A acção judicial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	159
27-A O trabalho suportado em plataformas digitais	162
III. As «situações equiparadas» ao trabalho juridicamente subordinado	165
A) O art. 10º CT: a noção de «situações equiparadas»	165
28. O trabalho autónomo economicamente dependente	165
29. O sentido da equiparação	166

DIREITO DO TRABALHO

B) O regime legal do trabalho no domicílio	167
30. Uma lacuna antiga	167
31. O regime legal	168
IV. Caracterização jurídica do contrato de trabalho	170
A) Contrato sinalagmático	170
32. O sinalagma	170
33. O caso das faltas ao trabalho	171
B) Contrato consensual	171
34. A regra	171
35. Os desvios à regra	172
36. As consequências dos vícios de forma	172
C) Contrato duradouro ou de execução duradoura	172
37. Noção	172
38. O contraste entre a lei e os factos	173
V. As cláusulas acessórias	174
39. Ideia geral	174
40. A condição	174
41. A condicionalidade do contrato de trabalho	175
VI. A invalidade do contrato de trabalho	177
42. Noções gerais	177
43. A particularidade do contrato de trabalho	178
44. O regime legal	178
CAPÍTULO 5. OS CONTRATOS DE TRABALHO “ATÍPICOS”	181
I. A ideia de “atipicidade”	181
1. Contratos atípicos e contratos especiais	181
II. O contrato de trabalho a termo	183
A) O domínio legal da contratação a termo	183
2. O termo	184
3. A visão do legislador	184
4. Os dados da realidade	185
5. As directrizes básicas	185
6. Termo certo e incerto	186
B) A justificação do termo	188
7. A tipologia legal	188
8. A indicação do motivo	189
9. As situações especiais	191
C) A renovação do contrato a termo	192
10. A renovação automática e as cláusulas de não renovação	193
11. A renovação e a exigência de motivo justificativo	194
12. As renovações extraordinárias	195

13. A renovação e a exigência de forma escrita	195
D) A sucessão de contratos a termo	197
14. O art. 143º do Código do Trabalho	197
15. As exceções	198
E) As consequências da estipulação ilegal do termo	199
16. A invalidade da estipulação de termo	199
17. A caducidade da estipulação de termo	200
III. O trabalho temporário	201
18. Noção	201
19. A “cisão” do empregador	202
20. As modalidades de cedência de pessoal	204
21. A estrutura do trabalho temporário	205
22. Os condicionamentos legais	207
IV. O contrato de trabalho em comissão de serviço	209
23. A noção laboral de comissão de serviço	209
24. O âmbito de utilização da comissão de serviço	210
25. O acordo de comissão de serviço	211
26. A cessação da comissão de serviço e suas consequências	212
V. O contrato de trabalho intermitente	214
27. Noção	214
28. O regime específico	215
VI. O contrato de trabalho a tempo parcial	217
29. Noção	217
30. As questões específicas	218
31. A política legislativa	219
32. A definição legal	220
33. O regime específico do tempo de trabalho	222
34. O princípio da proporcionalidade	222
35. A política de incentivação	224
VII. O contrato de trabalho com pluralidade de empregadores	225
36. Grupo de empresas e pluralidade de empregadores	225
37. A pluralidade de empregadores	227
38. A formação e a “administração” do contrato de trabalho	228
39. A redução da pluralidade à unidade	229
VIII. O contrato de trabalho subordinado à distância (teletrabalho)	231
40. Noção	231
41. A “tele-subordinação”	232
42. O acordo de teletrabalho	234
43. As menções obrigatórias	236
44. A tutela da privacidade do teletrabalhador	237
45. Aspectos salientes do regime legal do teletrabalho	238

CAPÍTULO 6. A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	241
I. O quadro jurídico do recrutamento	241
1. Recrutamento e admissão	241
2. A recolha de informação e o princípio da boa fé	242
3. A boa fé e a protecção da privacidade	243
4. Um direito de mentir?	243
5. A escolha do trabalhador a contratar	244
6. A promessa de contrato de trabalho	245
II. Pressupostos subjectivos e objectivos	247
A) Os pressupostos subjectivos: capacidade das partes	247
a) <i>Capacidade jurídica</i>	247
7. Idade e escolaridade	247
8. Os trabalhadores estrangeiros	248
b) <i>Capacidade para o exercício de direitos</i>	249
9. A “maioridade” laboral	249
10. Incapacidades inespecíficas	249
c) <i>Os efeitos das incapacidades</i>	250
11. As invalidades	250
B) Os pressupostos objectivos: determinabilidade, possibilidade física, licitude	250
a) <i>Preliminares</i>	250
12. Noções gerais	250
b) <i>Determinabilidade</i>	251
13. Noção	251
14. A determinação da função	252
c) <i>Possibilidade física</i>	252
15. O carácter pessoal da prestação de trabalho	252
16. O contexto da prestação	253
d) <i>Licitude</i>	254
17. A natureza e o fim da actividade	254
18. A ilicitude em função da pessoa do prestador	254
III. As formas de celebração do contrato de trabalho	256
A) Contrato oral e escrito	256
19. As vias do consenso	256
20. O consenso informal	256
21. O consenso formal	257
B) O contrato de trabalho por adesão	257
22. Adesão e regulamento interno	258
23. O mecanismo da adesão	259
24. A protecção contra abusos	260

C) O dever de informação do empregador	261
25. O art. 106º CT	261
IV. O período experimental	264
A) A experiência como regra	264
26. Razão de ser	264
27. A experiência como regra	265
B) O regime legal	265
28. Os períodos de experiência	265
29. A liberdade de desvinculação	266
30. A frustração da experiência	268

III PARTE

O CONTEÚDO DA RELAÇÃO INDIVIDUAL DE TRABALHO

CAPÍTULO 7. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM AMBIENTE DE TRABALHO	273
I. Visão geral	273
1. Os direitos fundamentais dos trabalhadores: específicos e inespecíficos	273
2. Direitos fundamentais e contrato de trabalho	274
II. Os “direitos de personalidade” no Código do Trabalho	276
3. A “contratualização” dos direitos fundamentais	276
4. Os condicionamentos organizacionais dos direitos fundamentais	277
III. Liberdade de expressão	278
5. Que liberdade?	278
6. A tutela da reputação do empregador	279
7. O “normal funcionamento da empresa”; o “ <i>whistleblowing</i> ”	279
IV. Direito à integridade física e moral	284
8. O conteúdo deste direito cruza-se com o de outras situações subjectivas	284
9. A posição do empregador	284
V. Reserva da intimidade da vida privada	286
10. O conteúdo do direito à reserva da intimidade	286
11. Os limites da privacidade	287
12. A centralidade da defesa da privacidade	288
VI. Protecção de dados pessoais	289
13. A noção de “dados pessoais”	289
14. O estado de saúde e a gravidez	290
15. Os testes e exames médicos	290